



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



Recurso SEAB - 200.000,00
Contrapartida - 10.000,00
Recurso próprio - 15.520,00
225.520,00

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018
que celebram o Estado do Paraná,
por sua Secretaria de Estado da
Agricultura e do Abastecimento –
SEAB, e o Município de SÃO JOSÉ
DAS PALMEIRAS.

O Estado do Paraná, por sua **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.416.957/0001-85, com sede nesta capital, na Rua dos Funcionários, 1.559, a seguir denominada **SEAB**, neste ato representada pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, **GEORGE HIRAIWA**, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 1.873.026-0 SESP/PR e CPF/MF nº 365.214.429-53, e o Município de **SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, inscrito no CNPJ nº 77.819.605/0001-33, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 979, CEP 85.898-000, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, **GILBERTO FERNANDES SALVADOR**, portador da Cédula de Identidade nº 3.989.847-0, SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 608.781.509-00, residente e domiciliado na Rua Marechal Costa e Silva, nº 832, CEP: 85.898-000, Município de São José das Palmeiras - PR, em consonância com o contido no protocolado sob nº **15.262.531-6**, nos termos do artigo 1º, parágrafos 6º e 7º do Decreto Estadual nº 4189/2016, complementado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017, Lei Estadual 19.206/2017 e demais disposições aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços destinada a melhorar a produtividade das explorações agropecuárias dos agricultores familiares, mediante a transferência de recursos da **SEAB** e o **MUNICÍPIO**, para a aquisição de 01 (um) trator agrícola - tração 4X4 e potência mínima de 134 CV - cabinado.

Parágrafo único. Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho, elaborado pelas autoridades competentes que juntamente, com os documentos do protocolo sob o nº **15.237.790-8** integram este Convênio, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

Para a consecução do consignado na Cláusula Primeira compete:

I – À SEAB:

- Repassar à conta do **MUNICÍPIO** os recursos financeiros, em estrita observância com o Cronograma de Desembolso, constante no Plano de Trabalho deste Convênio;
- Analisar e aprovar os Relatórios de Atividades e a prestação de contas dos recursos financeiros transferidos ao **MUNICÍPIO**;

SV

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Djessica G. Medeiros



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPE: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



- c) Gerenciar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a realização do objeto, consoante estabelecido no Plano de Trabalho, mediante inspeções e expedição de Relatórios, dando-se ciência ao **MUNICÍPIO** da respectiva autuação;
- d) Emitir o Termo de Cumprimento dos Objetivos, em havendo a satisfação do objeto conveniado;
- e) Publicar, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente instrumento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e dos eventuais aditivos, se houver;
- f) Encaminhar a prestação de contas e respectivo processo na forma e prazo fixados em Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR para apreciação;
- g) Informar o TCE/PR sobre qualquer ilegalidade ou irregularidades na execução do convênio;
- h) Instaurar, em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, Tomada de Contas Especial, nas hipóteses previstas nos arts. 233 e 234, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- i) Manter atualizadas no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do TCE/PR, a partir da publicação do extrato deste instrumento, o Cadastro, o Plano de Trabalho e o registro do Servidor encarregado pela fiscalização do ajuste;
- j) Notificar o **MUNICÍPIO** para que proceda à apresentação da prestação de contas dos recursos aplicados quando não houver sido apresentada no prazo legal ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos objeto da transferência voluntária, instaurando, em caso de omissão, a devida Tomada de Contas Especial;
- k) Comunicar expressamente ao **MUNICÍPIO** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos relativos a este Convênio ou outras pendências de ordem técnica, concedendo ao **MUNICÍPIO** prazo para o saneamento ou apresentação de justificativas, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período;
- l) Na hipótese de não obtida a satisfação das pendências de que trata a alínea precedente, apurar eventuais danos e comunicar o fato ao **MUNICÍPIO**, para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.
- m) Analisar e, se for o caso, aprovar, excepcionalmente, a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique em alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste.
- n) Outras, de ordem específicas, constantes no Plano de Trabalho.

II – Ao MUNICÍPIO:

- a) Executar as ações fixadas no Plano de Trabalho, objeto deste Convênio, de acordo com o que rege a Lei Estadual nº 15.608/2007 e na Lei nº 8.666/93, observando rigorosamente as metas, etapas, cronogramas e estratégias de ação constantes do Plano de Trabalho;

D. Gessica G. Niederle



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO **SEAB**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



- b) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos referentes à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- c) Utilizar os recursos alocados pela **SEAB** para a plena execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, em conformidade com os prazos consignados neste ajuste, necessários para a realização do objeto descrito na Cláusula Primeira, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
- d) Atender as recomendações, exigências e determinações da **SEAB** e dos agentes do sistema de controle interno e externo;
- e) Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações de sua competência;
- f) Disponibilizar um técnico habilitado para acompanhar todos os procedimentos vinculados à execução do Objeto;
- g) Disponibilizar as máquinas e equipamentos, com os operadores, necessários à execução das ações;
- h) Informar à **SEAB** os fatos ou circunstâncias que dificultem ou interrompam a realização do objeto;
- j) Prestar contas à **SEAB** acerca da adequada utilização dos recursos repassados, como também ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conformidade às determinações da Resolução nº 28/2011 ou o texto legal que a substituir com observância do prazo e na forma estabelecida;
- j) Manter os recursos recebidos da **SEAB** em conta específica em Instituição Financeira Oficial, sendo que os saldos, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados em cadernetas de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos de dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;
- k) Restituir o eventual saldo de recursos ao Concedente, na conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente convênio;
- l) Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução dos trabalhos, compreendidos nas atividades consistentes na implementação do objeto deste Convênio, eximindo a **SEAB** de qualquer vínculo empregatício;
- m) Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens ainda não entregues, com recursos deste Convênio;
- n) Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;
- o) Instituir uma Unidade Gestora de Transferências (UGT) para controlar a aplicação dos recursos deste convênio, controlar a movimentação financeira dos recursos transferidos e aferir as despesas pertinentes à execução do ato de transferência;
- p) Manter cadastro atualizado junto ao SIT do TCE/PR do(s) gestor(es) e servidor(es) encarregados da fiscalização do ato de transferência;
- q) Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR por um prazo de 10 (dez) anos contados do encerramento do processo de prestação de contas, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE/PR;

D. Gessica G. Niederl



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



- r) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pela **SEAB**;
- s) Nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação previstos nos artigos 33 e 34 da Lei Estadual nº 15.608/2007, deverá ser atendido o disposto no parágrafo 2º, do art. 35, da aludida Lei;
- t) Propiciar à **SEAB** todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive permitindo-lhe inspeções *in loco*, fornecendo as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, sempre que solicitado;
- u) Solicitar a prorrogação do prazo para execução e vigência do objeto conveniado, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Terceira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado;
- v) Providenciar o credenciamento junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços da Secretaria de Estado da Previdência, a teor do art. 4º incs. I e II do Decreto nº 9762/2013;
- x) Apresentar as Certidões de Regularidade Fiscal, explicitadas na Cláusula Oitava, observando as determinações ali consignadas;
- y) Divulgar no equipamento que a aquisição foi realizada com recursos da **SEAB**, mediante plaqueta contendo o seguinte texto: **"TRATOR ADQUIRIDO COM RECURSOS DA SEAB"**.
- z) Outras, de ordem específicas, constantes no Plano de Trabalho apresentado à **SEAB**.

III – Responsabilidades comuns:

- a) As responsabilidades dos partícipes são limitadas, exclusivamente, às obrigações contraídas durante o presente ajuste, cada qual assumindo e respondendo pelos encargos legais, contratuais e trabalhistas decorrentes da realização do objeto deste instrumento em relação aos seus servidores, não havendo responsabilidade solidária;
- b) As entidades partícipes estabelecem que as despesas de custeio no desenvolvimento das atividades são de responsabilidade de cada entidade, não cabendo ressarcimento, à que título for, de uma parte à outra na realização do objeto.
- c) As entidades partícipes assumem o compromisso de promover a divulgação do trabalho realizado em parceria, durante a vigência do presente termo concedendo os devidos créditos.

Parágrafo Primeiro. No exercício dos deveres de acompanhamento e fiscalização do objeto deste convênio, o Controle Interno da **SEAB** poderá, a qualquer tempo, intervir junto aos órgãos da própria **SEAB**, como também do **MUNICÍPIO**, por intermédio da Unidade Gestora de Transferências – UGT, competindo-lhe, ainda, a emissão de relatório ao final da execução do convênio e as demais atribuições impostas pelo art. 22, da Resolução nº 028/2011 do TCE/PR, com as alterações dispostas pela Resolução nº 046/2014 do TCE/PR.

Djessica G. Niederle



Parágrafo segundo. A execução pelo **MUNICÍPIO** das atividades decorrentes deste convênio, mediante emprego, a qualquer título e regime, de mão de obra autônoma, não transfere de um a outro partícipe as obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, tampouco constitui forma de associação, temporária ou permanente, independentemente do local de execução das atividades, cada qual assumindo e respondendo pelos encargos legais, contratuais e trabalhistas decorrentes da realização do objeto deste instrumento em relação aos seus funcionários, não subsistindo responsabilidade solidária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado nos termos da Lei, mediante termo aditivo, desde que solicitado por escrito pelo **MUNICÍPIO** com, no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

Parágrafo único - A SEAB deverá prorrogar "*de ofício*" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado conforme estabelecido no parágrafo primeiro, do artigo 61, do Decreto Estadual nº 3513/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

A fiscalização e a supervisão do ajuste serão instrumentalizadas mediante os seguintes documentos:

- a) **Relatório de Vistoria Inicial;**
- b) **Plano de Trabalho** vinculado ao Convênio;
- c) **Termo de Acompanhamento e Fiscalização**, emitido na ocasião da averiguação *in loco* da autoridade competente, consistente de relatório pormenorizado no qual serão anotados as ocorrências e os resultados de qualquer verificação sobre as atividades desenvolvidas, como também as condições em que se encontra a execução do objeto. O referido Termo será expedido no mínimo uma vez a cada dois meses ou sempre que houver intervenção do servidor fiscal competente, consoante avaliação técnica ou determinação de autoridade superior;
- d) **Certificado de Compatibilidade Físico-Financeira**, emitido na hipótese de não ter sido concluído o objeto, especificando a proporção de execução e de inexecução do objeto;
- e) **Certificado de Cumprimento dos Objetivos**, pelo qual a **SEAB** certificará motivadamente o cumprimento do objeto da parceria nos termos ajustados, expedido quando constatada a efetivação, de modo estável, rotineiro, com identificados resultados percebidos e verificáveis do atingimento do interesse público.
- f) **Relatório Circunstanciado** sobre a execução do objeto da transferência, contendo, **no mínimo**, o seguinte:
 - f.1) histórico de acompanhamento da execução do termo de transferência, apontando eventuais suspensões de repasse, a motivação das suspensões e as medidas saneadoras adotadas;

Handwritten signatures and initials:
J.V.
5 / 14
D. Geisica G. Medeiros



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



- f.2) manifestação conclusiva do órgão concedente sobre a regularidade da aplicação dos recursos, considerando o cumprimento dos objetivos e das metas, a observância às normas legais e regulamentares penitentes e às cláusulas pactuadas;
- f.3) a qualidade do serviço prestado ou da obra executada;
- f.4) a avaliação das metas e dos resultados estabelecidos pelo termo de transferência, contendo um comparativo analítico entre a situação anterior e a posterior à celebração do termo.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 137, inc. IV, da Lei nº 15.608/2007 e no art. 20 e seguintes da Resolução nº 28/2011 do TCE/PR, atuará como **Fiscal do Convênio** o servidor **OSCAR MASSAYUKI YAMAMOTO**, portador do CPF/MF sob o nº 015.905.918-60, que ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do valor repassado e da execução do respectivo objeto.

Parágrafo segundo. O gestor do convênio pela SEAB, será o servidor **Chefe do Núcleo Regional de Toledo**, quem competirá as seguintes atribuições:

- a) Cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada, desde a sua proposta, até a aprovação da prestação de contas;
- b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se conjuntamente com o Servidor Fiscal pela avaliação de sua eficácia;
- d) Atuar com interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- e) Controlar os saldos dos empenhos do Convênio;
- f) Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;
- g) Controlar os prazos de prestação de contas do Convênio, bem como efetuar análises e encaminhar ao Ordenador de despesas para aprovação;
- h) Manter, com o apoio do Servidor Fiscal, o Sistema Integrado de Transferências – SIT/TCE-PR atualizado com o lançamento do Convênio;
- i) Zelar pelo cumprimento integral do convênio;
- j) Emitir "Termo de Conclusão" atestando o término do Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DAS FONTES DE RECURSOS

I – SEAB

O recurso financeiro a ser repassado pela SEAB correrá por conta da Dotação Orçamentária 6501.20122403.078 – Políticas de Apoio aos Municípios, Natureza de Despesa 444042.01 – Auxílio aos Municípios, Fonte 101 – Receitas Desvinculadas pela EC 93/2016, pré empenhado em 03/07/2018, sob nº 18001191.

Degerica G. Niederle



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



II – MUNICÍPIO

A contrapartida financeira de responsabilidade do **MUNICÍPIO** correrá à conta da Dotação Orçamentária 08.001.20.606.0010.1071, Natureza de Despesa 4.4.90.52.00.00 e Fonte 000.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do objeto deste convênio os recursos somam o valor total de **R\$ 210.000,00** (duzentos e dez mil Reais), cabendo à **SEAB** repassar ao **MUNICÍPIO**, em **parcela única**, a importância de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil Reais), e ao **MUNICÍPIO** caberá a contrapartida financeira de **R\$ 10.000,00** (dez mil Reais), observando-se os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho que o integra.

Parágrafo Primeiro. A contrapartida financeira do **MUNICÍPIO**, necessária à complementação da execução do objeto do presente convênio, será depositada em conta bancária específica do ajuste.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos **recursos financeiros** postos à disposição pelos partícipes (**SEAB** e **MUNICÍPIO**), conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade, tendo como parâmetro os valores estabelecidos no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DE APLICAÇÃO

Os recursos da **SEAB** e a contrapartida do **MUNICÍPIO**, ambos destinados à execução do objeto deste instrumento, serão creditados em conta corrente específica, aberta pelo **MUNICÍPIO**, no **Banco do Brasil, agência nº 2577-1, conta corrente nº 25.240-9** de acordo com o estabelecido no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo primeiro – A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste Convênio e a publicação e seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo – Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo **MUNICÍPIO** em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos ocorrer em prazos menores que um mês.

Parágrafo Terceiro – Mediante expressa autorização da **SEAB**, os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto deste convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

JV

[Assinatura] *[Assinatura]*

[Assinatura] *[Assinatura]*

[Assinatura] *[Assinatura]*



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



Parágrafo Quarto – Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo Quinto – O **MUNICÍPIO** deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

Parágrafo Sexto - O saldo final dos recursos do Convênio deverá ser recolhido pelo **MUNICÍPIO** à conta da **SEAB**, observada a legislação aplicável, conforme previsto no art. 15 da Resolução nº 28/2011 do TCE/PR.

Parágrafo Sétimo – Os recursos transferidos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DE REGULARIDADE FISCAL

Cumprirá ao **MUNICÍPIO**, quando da celebração do Convênio e na assinatura de aditamentos de valor, apresentar as seguintes certidões válidas:

- I) Certidão de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Contribuição Previdenciária (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- II) Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- III) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- IV) Certidão Negativa para Transferências Voluntárias (art.25, § 1º, IV, “a”, da Lei Complementar 101/2000);
- V) Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (art.289, do Regimento Interno do TCE/PR e art.3º, inc. IV, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR);
- VI) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (art.3º, inc. X, da Instrução Normativa 61/2011 do TCE/PR);

Parágrafo Primeiro. À vista das determinações da Lei Estadual 18.466/2015 e do Decreto nº 1933/2015 e considerando o disposto no artigo 1º, da Lei Estadual nº 19.206/2017, o **MUNICÍPIO** não poderá apresentar restrição cadastral junto ao Cadastro de Informativo Estadual – CADIN por ocasião da celebração do Convênio e de aditamento de valor.

Parágrafo segundo. A preceder a celebração do Convênio, o **MUNICÍPIO** deverá cadastra-se junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, a teor do artigo 4º, incisos I e II do Decreto Estadual nº 9762/2013.

SV

[Assinaturas manuscritas]

Djessica G. Medeiros



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O objeto deste Convênio deverá ser executado fielmente pela **SEAB** e pelo **MUNICÍPIO**, de acordo com as cláusulas convencionadas e as normas de regência, respondendo cada um dos partícipes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

- I- Pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao **CONVENIENTE**;
- II- Transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto conveniado;
- III- Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, saldo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV- Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- V- Pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- VI- Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- VII- Pagamento de despesas de publicidade;
- VIII- Pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;
- IX- Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;
- X- transferência de recursos para as associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- XI- transferir recursos a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes deste instrumento ou a conta que não esteja vinculada ao convênio;
- XII- para a realização de cada pagamento, o **MUNICÍPIO** deverá apresentar ao gestor do convênio relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) a destinação do recurso;
 - b) o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
 - c) o contrato a que se refere o pagamento realizado;
 - d) a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
 - e) as faturas, os recibos, as notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas;
 - f) a comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, quando for o caso;
- XIII- As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **MUNICÍPIO**, devidamente identificados com o número deste convênio;
- XIV- Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a **SEAB** a notificar, de imediato, o **MUNICÍPIO** e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

O **MUNICÍPIO** deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas nas Leis nº 8.666/1993

[Handwritten signatures]
Dressua G. Niederle



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB

TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



e nº 10.520/2002 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

Parágrafo primeiro – O **MUNICÍPIO** deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:

- a) cópia do edital da licitação;
- b) as atas decorrentes da licitação;
- c) as propostas decorrentes da licitação;
- d) os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;
- e) declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

Parágrafo Segundo – A celebração de contrato entre o **MUNICÍPIO** e terceiros não acarretará solidariedade direta ou subsidiária da **SEAB**, vínculo funcional ou empregatício com este e, tampouco, a transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS À SEAB

As prestações de contas parciais do **MUNICÍPIO** à **SEAB** deverão ser apresentadas a cada **12 (doze) meses**, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados do encerramento daqueles, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, os seguintes:

- a) Relatório de execução do objeto;
- b) Notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do **MUNICÍPIO** e número do convênio;
- c) comprovação de que prestou contas parciais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014, e Instrução Normativa nº 61/2011, todas desse órgão de controle;
- d) quando for o caso: relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos; relação de pessoal treinado ou capacitado; relação dos serviços prestados.

Parágrafo primeiro. Quando não houver a prestação de contas parcial, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o saneamento da impropriedade.

Parágrafo Segundo. A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60(sessenta) dias, contados do término de sua vigência, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:

- a) relatório de cumprimento do objeto;

[Handwritten signatures and initials]
D. Gessica G. Niederl



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8
PARTÍCIPE: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



- b) notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do **MUNICÍPIO** e número do convênio;
- c) comprovação de que prestou contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências (SIT), conforme Resolução nº 28/2011 alterada pela Resolução nº 46/2014, e Instrução Normativa nº 61/2011, todas desse órgão de controle;
- d) quando for o caso: relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos; relação de pessoal treinado ou capacitado, relação de serviços prestados;
- e) comprovante da devolução do saldo de recursos, quando houver.

Parágrafo terceiro – Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste instrumento, o **MUNICÍPIO** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

Parágrafo quarto – Se, ao término dos prazos estabelecidos, o **MUNICÍPIO** não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou à **SEAB**, este comunicará o fato ao órgão competente, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Parágrafo quinto – O gestor deste convênio emitirá parecer Técnico de análise das prestações de contas apresentadas à **SEAB**.

Parágrafo sexto – A **SEAB** terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.

Parágrafo sétimo – No âmbito da Administração Pública, a autoridade competente para aprovar ou desaprovar as contas do **MUNICÍPIO** será a autoridade competente para assinar este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS

A prestação de contas à **SEAB**, tratada na cláusula décima primeira, não prejudica o dever do **MUNICÍPIO** de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES


São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros deste convênio, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

[Handwritten signature]
D. Gessica G. Medeiros



TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8

PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS


 Jessica G. Niederle



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8
PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



contratações realizadas para a execução do objeto conveniado, ou inserir "link" em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização de recursos repassados ao **MUNICÍPIO** em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Convênio, como também no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência estabelecido, ainda que em caráter de emergência ou em desalinho às determinações da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, com observância do consignado no parágrafo único do art. 20, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Externo e Interno, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação das contas do gestor da **SEAB**, pelo Tribunal de Contas do Paraná, referente ao exercício em que forem incluídas as contas.

Parágrafo único. O dever de guarda e conservação de que trata o *caput* não exime o **MUNICÍPIO** do dever de inserir regularmente no Sistema Integrado de Transferências-SIT do TCE/PR, as informações e documentos relacionados ao presente Convênio, como também aqueles exigidos pela Resolução nº 28/2011 – TCE/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Este convênio, em decorrência de ajustes entre os partícipes na sua vigência, poderá ser alterado ou aditado por proposta da **SEAB** ou do **MUNICÍPIO** devidamente justificada, vedada a modificação da natureza do objeto.

Parágrafo primeiro – Qualquer alteração deverá ser precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

Parágrafo segundo - O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela **SEAB** de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas.

Parágrafo terceiro – Os aditamentos ou alterações no presente instrumento serão formalizados por meio de termos aditivos, sequencialmente numerados, admitindo-se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, para solução de qualquer pendência não resolvida por amigável consenso

Assinaturas manuscritas:
Djessica G. Niederle



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB
TERMO DE CONVÊNIO Nº 153/2018 – Protocolo 15.237.790-8
PARTÍCIPIES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



relacionada à realização do objeto, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a firmeza e validade do acordado, lavram o presente Instrumento de Convênio, o qual lido e concluído conforme é firmado pelos seus representantes legais, e testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 03 de julho de 2018.

George Hiraiwa
Secretário de Estado

Gilberto Fernandes Salvador
Prefeito de São José das Palmeiras

Testemunhas:

Gestor do Convênio pela
SEAB

Rudi Kuns
Eng.º Agr.º - CREA PR 21.041/D
Chefe do NR/SEAB - Toledo

**Oscar Massayuki
Yamamoto**

Fiscal do Convênio pela
SEAB

Oscar Massayuki Yamamoto
Engenheiro Agrônomo
CREA/PR 8821-D
CPF: 015.905.918-60

**Dgessica Caroline
Niederle**

Gestora do Convênio pelo
MUNICÍPIO



ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Rogério Aparecido Bernardo - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Ângulo 15.236.268-4	CV 148/18 29/06/18	18001119 26/06/18	80.000,00	4.000,00

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Pedro Antônio de Oliveira Coelho - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Goioerê 15.224.877-6	CV 149/18 03/07/18	18001144 28/06/18	160.000,00	10.000,00

OBJETO: Projeto de Pavimentação Polifédrica de Estradas Rurais.

AUTORIZAÇÃO: Artigo 2º do Decreto 6515/2012.

VIGÊNCIA: 24 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Miguel Roberto do Amaral - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Ivaiporã 15.226.364-3	CV 150/18 03/07/18	18001117 26/06/18	1.633.968,12	85.998,32

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Ismael José Dezanoski - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Janiópolis 15.198.488-6	CV 151/18 03/07/18	18001056 19/06/18	20.300,00	1.700,00

OBJETO: Projeto de Pavimentação Polifédrica de Estradas Rurais.

AUTORIZAÇÃO: Artigo 2º do Decreto 6515/2012.

VIGÊNCIA: 24 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Marco Andrei Rauber - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Marechal Cândido Rondon 15.226.364-3	CV 152/18 03/07/18	18001190 03/07/18	763.000,00	76.26,96

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Gilberto Fernandes Salvador - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
São José das Palmeiras 15.237.790-8	CV 153/18 03/07/18	18001191 03/07/18	200.000,00	10.000,00

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Altair Donizete de Pádua - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Terra Roxa 15.224.714-1	CV 154/18 03/07/18	18001193 03/07/18	100.000,00	23.000,00

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Ademilso Rosin - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Verê 15.225.889-5	CV 155/18 03/07/18	18001177 29/06/18	200.000,00	10.750,00

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Raul Camilo Isotton - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Dois Vizinhos 15.224.762-1	CV 156/18 03/07/18	18001173 29/06/18	100.000,00	5.000,00

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Edilen Henrique Xavier - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Doutor Camargo 15.236.258-7	CV 157/18 03/07/18	18001174 29/06/18	80.000,00	4.000,00

OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para incrementar a produção agrícola e pecuária, junto aos agricultores familiares nas Comunidades Rurais do município.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e José Antônio Gerônimo - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
Lupionópolis 15.263.166-9	CV 158/18 03/07/18	18001194 03/07/18	300.000,00	15.000,00

OBJETO: Projeto de Pavimentação Polifédrica de Estradas Rurais.

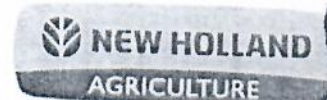
AUTORIZAÇÃO: Artigo 2º do Decreto 6515/2012.

VIGÊNCIA: 24 (doze) meses.

AUTORIZAÇÃO: nos termos dos § 6º e 7º do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, alterado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017.

ASSINATURAS: George Hiraiwa - Secretário de Estado e Wilson Bonamigo - Prefeito

Município/ Protocolo	Convênio nº / Assinatura	Pré Empenho SEAB nº/ data	Valor SEAB (R\$)	Contrapartida (R\$)
-------------------------	--------------------------------	------------------------------------	---------------------	------------------------



Marechal Cândido Rondon - PR, 01 de Junho de 2018.

À:
Município de São José das Palmeiras
Rua Marechal Castelo Branco 979
São José das Palmeiras - PR
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Atendendo a solicitação, segue preço de trator agrícola:

01 (um) Trator agrícola de rodas, Marca: NEW HOLLAND, Modelo: T6.130, de 134 cv, 4x4, cabinado, novo, Motor Tier III, de 6 cilindros, turbo com intercooler, tanque de combustível de 220 litros. Fabricação Nacional.

Valor.....R\$ 217.000,00

Valor total do Orçamento.....R\$ 217.000,00

Condição de pagamento: A combinar

Prazo de entrega: De até 90 (noventa) dias após a confirmação do pedido.

Validade do orçamento: 30 (trinta) dias a contar da presente data.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente

Fernando Alex Brenner
Gerente de Filial

Fernando Alex Brenner – Gerente de filial
Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda.
CNPJ: 77.310.589/0002-30
Av. Maripá, 1983 - centro

Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda. Av. Maripá, 1983 - Centro.
Marechal Cândido Rondon - PR - CEP 85960-000
Fone/Fax: (45) 3284-5800.
rondon.gerente@equagril.com.br
www.equagril.com.br



CASE III
AGRICULTURE

AGRICASE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA

Orçamento: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras -PR
CNPJ: 77.819.605/0001-33
Rua Marechal Castelo Branco, 979
São José Das Palmeiras /PR.

- Trator Marca CASE IH, Modelo FARMALL 130 A CABINADO.
- Motor de 6 cilindros turbo Intercooler de 6.7 litros.
- Potência Nominal Igual a 132 Cvs.
- Potência máxima 134 Cvs.
- Tração 4x4 com acionamento Eletro-hidráulico.
- Transmissão: 16x8 com reversor hidráulico.
- Capacidade máxima de elevação 3.950 kg a 610 mm do olhal.
- Válvulas de controle remoto: 03 mecânicas.
- Fluxo do sistema hidráulico principal: 100 l/m.
- Pneu traseiro 23.1-30 e dianteiro 14.9-24.
- Tanque de combustível com capacidade para 220 litros.
- Pesos dianteiros e traseiros.
- Tomada de força com acionamento mecânico 540/1.000 rpm.

R\$ 198.560,00 (Cento e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta reais).
Frete incluso até São José das Plameiras/ PR.

Toledo, 01 de Junho de 2018.

Validade do Orçamento, 60 dias.

Ronaldinho Bassardi

Gerente
Agricase / Toledo / Pr.
Agricase Equipamentos Agrícolas Ltda
Rua Alberto Dalcanale, 951 - Jd Porto Alegre - C.P. 83
CEP 85906-402 TOLEDO/PR
Fone/fax: (45)3379-5555
Site: www.agricase.com.br
E-mail: toledo@agricase.com.br

Shark Distribuidora de Tratores e Peças Ltda.
Av. Brasil, 1.032 - Bairro Jardim Gramado
Cascavel/PR (85816-290)
(45) 2101-3777
www.sharkdistribuidora.com.br



Cascavel - PR, 01 de Junho de 2018.

A
Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras
Rua Marechal Castelo Branco nr 979, Centro
São José das Palmeiras PR
CNPJ: 77.819.605/0001-33

ORÇAMENTO

Qtde	Descrição / Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	Trator Agrícola Marca Valtra, Modelo A-134, tração 4x4, plataformado, com potência de 135 CV; com 04 cilindros turbo intercoller; cambio/marchas 12F + 12R. CABINADO	R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00
		R\$ 196.000,00	R\$ 196.000,00

Validade do orçamento 30 dias.

Atenciosamente,

Marcelo André Schandier Ferreira
Coord. Administrativo
CPF: 139.080.238-27

Shark Distribuidora de Tratores e Peças Ltda
CNPJ: 03.988.196/0001-62
I.E. 9035503762

M. A. Máquinas



JOHN DEERE



TOLEDO – PR, 01 de JUNHO de 2018.

ORÇAMENTO

Conforme solicitação segue valores e configurações dos equipamentos conforme solicitação de vossa senhoria.

Trator Novo Marca John Deere
Modelo 6125J - 125 CV Nominal
Configuração: Cabinado com Estrutura Contra Capotamento, Cambio Automático Power Quad 16x16, Eixo Pinhão e Cremaleira, Rodados Traseiros 23.1-30 R1 e Rodados Dianteiros 14.9-24 R1, Sistema hidráulico de Centro Fechado de Engrenagem com capacidade de 65 LPM, Duas Válvulas de Controle Remoto com Acopladores de Segurança ISO 1/2", Motor Agrícola John Deere de 4 Cilindros com Turbina, Assento Pneumático à Ar, Levante Hidráulico de 3 Pontos com Capacidade de Levante de 2250 KG no Olhal, 08 Pesos Dianteiros de 40 KG, 02 Pesos Traseiros de 38,5 Kg + 02 Pesos Traseiros de 55 Kg.

Valor: R\$ 224.800,00


M.A. MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

CNPJ: 01.092.817/0011-71

CONCESSIONÁRIO - JOHN DEERE

4x4
99981-7463
Edvaldo



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO (parte integrante do Termo de Convênio)			
MUNICÍPIO: Município de São José das Palmeiras – PR.			
1 DADOS CADASTRAIS DO MUNICÍPIO			
Município: Município de São José das Palmeiras		CNPJ: 77.819.605/0001-33	
Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 979, São José das Palmeiras			
UF: PARANÁ	CEP: 85.898-000	Telefone: (45) 3259-1150	
Banco: Banco do Brasil	Agência: 2577-1	Conta Corrente nº: 25.240-9	Praça de Pagamento: São José das Palmeiras - PR
2. DADOS CADASTRAIS DO PREFEITO			
Nome: Gilberto Fernandes Salvador		Nº RG: 3.989.847-0	Nº CPF: 608.781.509-00
Endereço: Rua Mal. Costa e Silva, 832		Telefone: (45) 98812-1134	

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços destinada a melhorar a **produtividade** das explorações agropecuárias dos agricultores familiares, mediante a transferência de recursos da **SEAB ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR**, para a aquisição de 01 (Um) Trator Agrícola, conforme detalhamento constante do Projeto Técnico: 01 (um) Trator Agrícola Novo, de fabricação nacional com as seguintes especificações: Trator agrícola novo, de fabricação Nacional, Tração 4X4, potência mínima de 134 CV, Cabinado.

3. VIGÊNCIA:

3.1. Início da execução/ vigência: *após a publicação no DIOE.*

3.2. Término da execução/vigência: *12 meses após a publicação no DIOE.*

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O trator a ser adquirido servirá, com os implementos já existentes no Município (terraceador, roçadeira, carreta agrícola, ensiladeira, semeadora, conjunto para feno, dentre outros implementos), para o preparo do solo para plantio de diversas culturas, fertilização do solo com a aplicação de calcário e outras formas, adubação química e orgânica, e também para práticas conservacionistas. O Município conta com Lavouras, pastagens, produção de Leite, plantio de mandioca, criação de gado, suinocultura, plantação de milho, soja, aveia dentre outras culturas significativas para o Município.

Tal pleito será de grande valia para os produtores rurais residentes em nosso Município, pois se tratando de pequenos produtores, os mesmos não tem condições de adquirir estes maquinários individualmente.

5. CAPACIDADE INSTALADA:

O Trator a ser adquirido será alocado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no Departamento de Agricultura o qual possui os implementos necessários (já citados: terraceador, Roçadeira, carreta agrícola, ensiladeira, semeadora, conjunto para feno, dentre outros implementos) e funcionários capacitados para o manuseio do mesmo, para atendimento aos pequenos produtores. Estarão envolvidos no projeto também o Diretor de departamento da agricultura juntamente com o operador e técnico da Emater, para melhor andamento do mesmo.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



6. DEFINIÇÃO E DETALHAMENTO DE METAS A SEREM ATINGIDAS:

Meta	Natureza Despesa	Descrição	Localização	Duração		Indicador Físico		Custo (R\$ 1,00)	
				Início	Término	Quant. (*)	Unid.	Unitário (R\$)	Total (R\$)
01	44.90.52.40	Trator Agrícola Novo, de Fabr. Nacional, Tração 4X4, potência mínima de 134 CV, Cabinado.	Município	Após a publicação no DIOE	12 meses após a publicação no DIOE	1	UN	200.000,00	200.000,00
02	4.4.90.52.00.00	Trator Agrícola Novo, de Fabr. Nacional, Tração 4X4, potência Mínima de 134 CV, Cabinado.	Município	Após a publicação no DIOE	12 meses após a publicação no DIOE	1	UN	10.000,00	10.000,00
Total (R\$)									210.000,00

7. BENEFICIÁRIOS

Descrição	N.º Total
1 - Número de comunidades atendidas	10
2 - Número de agricultores	300

Comunidades atendidas: Linha São Joaquim, Estrada São Caetano, Linha Baixadão, Linha Serrinha, Linha Codal, Linha Barra Funda, Linha São João, Linha São Cristóvão, Linha Santa Mariana, e Estrada Maringá.

8. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

- O Trator a ser adquirido será utilizado com os implementos existentes no Município (terraceador, Roçadeira, carreta agrícola, ensiladeira, semeadora, conjunto para feno, dentre outros implementos) para atendimento aos pequenos produtores no desenvolvimento de suas atividades e praticas conservacionistas
- a assistência técnica prestada aos beneficiários será feito pelo diretor do departamento de agricultura (juntamente com a Emater) .
- O Técnico Responsável pelo Projeto deverá acompanhar a sua execução;
- Efetuar a Prestação de Contas conforme legislação específica do TCE-PR;



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



9. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS PELA SEAB

Especificação	Participes	Valor R\$	Prazo de Execu
Trator Agrícola Novo, de Fabricação Nacional, Tração 4X4, potência mínima de 134 CV.	SEAB	200.000,00	12 meses
Trator Agrícola Novo, de Fabr. Nacional, Tração 4X4, potência Mínima de 134 CV.	Município	10.000,00	12 meses
TOTAL		210.000,00	

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Metas 1 e 2	Parcela (R\$) – mês de 2018											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
SEAB						X						
Município						X						

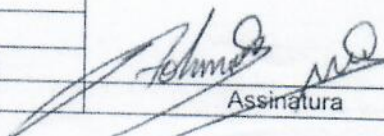
(*) A liberação da parcela ficará condicionada à apresentação, pelo Município, dos documentos exigidos pela Lei nº 15.608/2007, Resolução nº 28/2011, Decreto Estadual nº 9762/2013 e Decreto Estadual nº 1933/2015 (art. 7º, inc. I).

(**) O depósito da contrapartida financeira deverá ser concomitante ao recebimento do recurso do Concedente, caso haja.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Metas 1 e 2	Mês / Ano (12 meses)											
	06/18	07/18	08/18	09/18	10/18	11/18	12/18	01/19	02/19	03/19	04/19	05/19
Processo de aquisição do equipamento	06/18	07/18	08/18									

12. DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Nome:	Ademir Agostinho Zamban	 Assinatura
Cargo:	Diretor do Departamento de Agricultura	
N.º Registro Conselho de Classe		
Local:	São José das Palmeiras - PR	
Data:	20/06/2018	

Ademir A. Zamban
Diretor Depto Agricultura
CPF 502.776.129-68



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



13. DECLARAÇÃO DO MUNICÍPIO

Na qualidade de representante legal do MUNICÍPIO declaro, para fins de prova junto à SEAB, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos do Estado ou da União, na forma deste Plano de Trabalho.

Nome: Gilberto Fernandes Salvador
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 608.781.509-00
Local: São José das Palmeiras - PR
Data: 20/06/2018

[Assinatura]
Assinatura

Gilberto F. Salvador
PREFEITO MUNICIPAL

14 - PARECER TÉCNICO DO GESTOR DO CONVÊNIO PELA SEAB (Chefe do NR)

Em análise ao projeto pelo Município
manifesto meu parecer como FAVORÁVEL.
INDICAÇÃO DE FISCAL: PAULO ROBERTO SALVATI
CPF: 031.563.958-03

Cargo: Chefe NR
Nome: RUDI KUNS
CPF: 3001221-6
Local: TOLEDO - Paraná
Data: 27-06-2018

Assinatura

[Assinatura]
Rudi Kuns

Eng.º Agr.º - CREA PR 21.041/D
Chefe do NR/SEAB - Toledo

15. MANIFESTAÇÃO DO DEAGRO - SEDE

Atestamos, para os devidos fins, que este Plano de Trabalho se encontra em condições técnicas para a sua aprovação pelo Sr. Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

15.1. Técnico do DEAGRO-Sede.

<p><i>[Assinatura]</i> (nome, registro no conselho de classe e assinatura) MARCO ANTÔNIO GONÇALVES Engenheiro Agrônomo CREA-PR 16382/D SEAB/DEAGRO Chefe da Divisão de Apoio Técnico</p>	<p>Curitiba, 29/06/2018</p>
---	-----------------------------



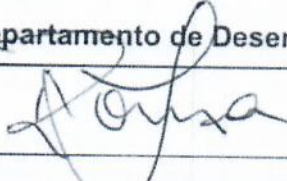
Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



15.2. Chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DEAGRO.

 Richardson de Souza CREA-PR 16.810/D	Curitiba, ____/____/2018
--	--------------------------

16. APROVAÇÃO DA SEAB

Aprovamos, para os devidos fins, este Plano de Trabalho por encontrar-se em conformidade com a legislação vigente, estando apto para sua efetivação via convênio.

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

GEORGE HIRAIWA	Curitiba, ____/____/2018
----------------	--------------------------

APPROVADO

SECRETARIA

17-04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR**



PROJETO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA

São José das Palmeiras – PR
2018



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



1-Aspectos Gerais do projeto

1.1-Órgão/Entidade Proponente:

Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Departamento de Agricultura do Município de São José das Palmeiras – PR.

1.2-Parceiro:

SEAB Secretaria de Estado e Abastecimento.

1.3-Identificação do objeto:

Trator agrícola novo, de fabricação nacional com as seguintes especificações: a) potência mínima de 134 CV (cento e trinta e quatro cavalos); b) motor de no mínimo 4 (quatro) cilindros; c) tração 4x4; d) Cabinado; e) sistema hidráulico com comando duplo; f) freios a disco em banho de óleo; g) sistema de iluminação com faróis dianteiros e traseiros; h) equipamentos adicionais: pára-lamas dianteiros e traseiros, terceiro ponto, contrapeso dianteiro e traseiro.

1.4-Objetivos:

- Aumentar a Renda Familiar das Famílias que vivem no campo
- Aumentar a produção Agrícola e Pecuária no Município,
- Proporcionar alternativas para manter o agricultor no campo.
- Auxiliar nas práticas de conservação de solo.

1.5-Justificativa:

O Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, localizado no Extremo Oeste do Paraná, Há uma distância de 600KM da Capital – Curitiba. O Município possui uma população de 3.831 Habitantes (IBGE 2010), sendo que destes, 2412 residem na área urbana (62.96%), e 1.419 residem na área rural (37.04%). O Município tem o índice de Desenvolvimento humano (IDH) em 0,724. Há uma necessidade muito grande de melhorias do parque de máquinas com aquisição de novos e modernos equipamentos para auxiliar a população do Município. As que residem no meio rural necessitam destes para continuar suas atividades, melhorando a produção, aumentando a renda a qualidade de vida e preservação do meio ambiente. O custo de produção elevado e alto custo das máquinas inviabiliza ao pequeno produtor a compra de forma individual de conjuntos de equipamentos e maquinários necessários à exploração da atividade. Que assim depende de apoio do poder público para inserir-se entre seus meios de produção os avanços tecnológicos necessários ao aumento da produtividade, melhoria da renda familiar e preservação do solo e da água. O Município de São José das Palmeiras possui uma agricultura diversificada: pastagens com gado de corte e leite, plantio de mandioca, milho, soja, aveia de inverno dentre outras culturas significativas que agregam o desenvolvimento econômico do Município.

1.6-Forma de administração do Trator (operacionalização)

O trator a ser adquirido servirá com o uso de implementos já existentes e disponíveis no município a diversas praticas: (terraceador, Roçadeira, carreta agrícola, ensiladeira, semeadora, conjunto para feno, dentre outros implementos) para o preparo do solo para plantio de diversas culturas, fertilização do solo com a aplicação de calcário e outras formas de adubação, química e orgânica, também para praticas conservacionistas necessárias para preservação do solo e da água..
A forma de atendimento será através de requerimento a ser feito no departamento de agricultura



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



1.7 – Público Atendido

Descrição	Nº Total
1 – Número de comunidades atendidas	10
2 – Número de agricultores atendidos	300

1.8 – Metodologia de Execução

O Trator será utilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Departamento de Agricultura juntamente com os implementos já citados para serviços de preparo e descompactação de solo, plantio, roçada de terrenos, terraço, e diversos outros serviços para o pequeno agricultor.

A Secretaria possui um sistema de agendamento de serviços que é prestado aos produtores, após o agendamento, o trator junto com operador concursado vai até a propriedade para executar o serviço;

A prefeitura disponibilizará um Técnico responsável e apoio do Técnico do Instituto Emater que acompanharão a execução dos serviços.

Ao final da vigência do convênio, será realizada a Prestação de Contas conforme legislação específica do TCE-PR;

São José das Palmeiras – PR, 20 de Junho de 2018.